

**Título: Acerca da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Jurisprudência do STJ no RECURSO ESPECIAL Nº 968.564 - RS (2007/0163916-9), relator Ministro Arnaldo Esteves Lima**

**Aluno: Rodrigo Rauch  
Orientador: Felipe Lorenci**

Pessoa Jurídica, para Orlando Gomes “são entes formados pelo grupamento de homens, para fins determinados, que adquirem personalidade distintas de seus membros. Reconhece-lhes, a lei, a capacidade de terem direitos e contrair obrigações”, individualizando a responsabilidade da entidade e dos sócios. Com a personalidade jurídica, a empresa possui: Titularidade negocial e processual, Individualidade própria e Responsabilidade Patrimonial.

Porém, com o advento da autonomia patrimonial começou a surgir inúmeros casos de abuso de direito, prejudicando a sociedade empresária e terceiros. Criou-se então, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica (disregard of legal entity ou lifting the corporate veil), com o objetivo de inibir atos ilícitos, abusos de direito e atos fraudatórios que, por meio desta autonomia, são praticados.

Mas este instituto deverá ser aplicado em casos que realmente se comprove o abuso, pois a maior preocupação do Direito Comercial Moderno é a preservação da personalidade jurídica da empresa, em virtude de suas relações com os fatos sociais, econômicos e políticos. A prova incumbe ao credor da sociedade em demonstrar ao judiciário a fraude perpetrada, caso contrário suportará o dano da insolvência da sociedade devedora.

No Direito Societário Brasileiro, os grupos de empresas são classificados como “de fato” e “de direito”. Os grupos “de fato” significam que as sociedades ficam coligadas, com participação de 10% ou mais no capital social da outra empresa, sem controlá-la (artigo 243, §1º, Lei 6.404/76) ou entre a controladora e sua controlada. Os grupos “de direito” são aquelas criadas através da vontade de diversas empresas, que combinam seus esforços ou participam em atividades ou empreendimentos comuns, mediante a assinatura de uma convenção expressa que formaliza e disciplina toda a relação estabelecida. Estes grupos recebem designação própria e têm seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial (artigo 265 a 274, Lei 6.404/76) competente, não havendo personalidade própria do grupo, nem a integração patrimonial, havendo apenas uma cooperação inter - empresarial formalizada.

Para aplicar o instituto da desconsideração em grupos econômicos, deve-se tomar muito cuidado, pois deverá ser verificado se a empresa devedora pertence a outro grupo de sociedade que seja controlada pela mesma unidade administrativa, ou seja, na situação em que diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob a mesma unidade gerencial, laboral e patrimonial.

Os grupos econômicos são autorizados por lei, e se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica sem critérios, condenaria o empresariado ao antigo formato de “empresa isolada”, conceito este já ultrapassado, pois nos dias atuais de crise econômica, os grupos societários se tornam uma excelente ferramenta.

## Referências:

COELHO, Fábio Ulhoa. 2007. Curso de direito comercial, v. 2: direito de empresa. 10. ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando. 1990. Introdução ao Direito Civil. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense.

KARAM, Rachel Avillar Sotomaior. Grupos societários. **Paraná Online, Direito e Justiça, Panorama Jurídico**, Curitiba, 05 janeiro 2009. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/columnistas/direito-e-justica/>. Acesso em: 07 novembro 2009

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. 2000. A desconsideração da personalidade jurídica e os grupos de empresas. Rio de Janeiro: Forense.